

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.603.627 - RJ (2019/0310850-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ALEXANDRE PEREIRA DA COSTA
ADVOGADOS : LUIZ GUSTAVO SERPA DA SILVA - RJ130847
IGOR MARQUES LOPES DE ANDRADE - RJ130846
AGRAVADO : CONDOMINIO DO EDIFICIO VARANDA DAS ROSAS
ADVOGADOS : MAURÍCIO JOSÉ MOREIRA ALVES - RJ001415B
DANILO XAVIER MOREIRA ALVES - RJ184895
ANDRESSA HYPOLITO DA COSTA SEABRA - RJ180368

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ALEXANDRE PEREIRA DA COSTA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim resumido:

Agravo de Instrumento. Ação de Restituição de Valores em fase de cumprimento de sentença. Decisão que deferiu pedido de penhora no rosto dos autos em processos em que o executado funciona como leiloeiro. Comissão de profissional liberal (leiloeiro público) que têm natureza alimentar.

Garantia conferida pelo art. 833, IV do novo CPC, tendo como objetivo, atender ao princípio da dignidade da pessoa humana e à subsistência mínima. Alegação de preclusão pro judicato que se afasta, em se tratando de novo pedido de penhora de verba diversa referente a processo diferente do tratado em recurso anterior.

Impenhorabilidade prevista no art. 833, IV do CPC que vem sendo mitigada, para que não funcione como meio esquivo para o devedor se eximir de suas obrigações. Decisão que merece apenas pequeno reparo. Percentual que deve ser adequado para atender aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e do mínimo existencial.

PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO, para reduzir o percentual da constrição para 15% (quinze por cento) dos valores a serem percebidos pelo agravante.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, sustenta violação do artigo 1.022, incisos I e II, do CPC, ao defender que "apesar de solicitado o pronunciamento através dos Embargos de Declaração opostos, o Tribunal a

quo se manteve silente quanto aos indicados vícios presentes no julgado, quais sejam, a contradição em relação à preclusão apontada, omissão em relação ao disposto no art. 505 do CPC (art. 471 do antigo CPC) e contradição em relação a impenhorabilidade de verbas alimentares, mesmo após explicitamente citado o disposto no art. 833, IV do CPC" (fl. 77).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, sustenta afronta do artigo 505 do CPC, o qual dispõe sobre a preclusão *pro judicato*, ao afirmar que é "certo que decisão anterior que entendeu pela impenhorabilidade da comissão não pode ser modificada e tampouco ignorada" (fl. 77). Nos seus termos:

Conforme já mencionado, em decisão proferida em 24/05/2018, após novo pedido do exequente, o MM. Juízo a quo deferiu a penhora de 30% dos valores relativos à comissão do executado, no rosto de autos processuais onde este atua como leiloeiro.

Ocorre que já havia sido reconhecida neste processo, em julgamento do agravo de instrumento n°. 2009.002.37051, a impossibilidade de penhora da comissão do leiloeiro, uma vez que se trata de verba de caráter alimentar e, portanto, impenhorável (fls. 37/42 do anexo 1)), conforme ementa a seguir:

[...]

Tal decisão monocrática não foi alvo de recurso por parte do agravado, sendo, desta forma, atingida pela preclusão *pro judicato*, não podendo ser modificada e tampouco ignorada pelo recorrido e pelos órgãos judicantes. (fl. 83).

Quanto à terceira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, o recorrente alega violação do artigo 833, inciso IV, do CPC, que estabelece a impenhorabilidade de verbas alimentares, trazendo os seguintes argumentos:

Ainda que fosse superada a questão da preclusão apontada pelo recorrente, o que só se admite em homenagem ao princípio da eventualidade, indiscutível é a impenhorabilidade da comissão do leiloeiro por se tratar de verba alimentar (fl. 84).

Quanto à quarta controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, alega a ocorrência de divergência jurisprudencial, ao aduzir que "o acórdão ora guerreado entendeu pela possibilidade de penhora de parte de verba alimentar a ser recebida pelo recorrente, mesmo a lei vedando tal constrição, sendo certo que a hipótese dos autos não

se encaixa nas exceções legais, afrontando manifesto entendimento deste Egrégio Superior Tribunal de Justiça" (fl. 77).

É o relatório. Decido.

Inicialmente, quanto à primeira controvérsia, impende ressaltar que, nos limites estabelecidos pelo art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição eventualmente existentes no julgado combatido, bem como a corrigir erro material. Neste sentido, os seguintes arestos da Corte Especial: EDcl no AgInt no RE nos EDcl no AgInt no AREsp 475.819/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, julgado em 07/03/2018, DJe 23/03/2018 e EDcl nos EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl nos EREsp 1491187/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, julgado em 07/03/2018, DJe 23/03/2018.

No caso em exame, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Prosseguindo-se, consta dos autos, a decisão alvejada por Agravo de Instrumento nos seguintes termos: "Deferida às fls. 447 a expedição de carta de vênias para a 32 Vara Cível sobre eventual crédito do executado. Mandado de intimação às fls. 455/456 (07/04/2017). Petição do exequente às fls. 468/469, requerendo a penhora dos rendimentos do executado, provenientes dos leilões elencados, até o limite de 30% dos rendimentos líquidos.

Decido 1 - Diante da carta de vênias expedida ao Juízo da 32 Vara Cível, à parte exequente para que informe se o leilão foi positivo. Caso positivo, deverá a parte exequente informar o valor penhorado, no prazo de quinze dias. 2 - Fls. 468/469 - Considerando os documentos acostados às fls. 470/474, defiro a penhora no rosto dos autos. Recolhidas as custas, expeçam-se Cartas de Vênias para os Juízos da 7ª Vara Cível da Comarca de Niterói (processo 0007665-23.2004.8.19.0002) e 12ª Vara Cível da Comarca da Capital (processo 0008618-46.2007.8.19.0207), solicitando-se seja anotada a penhora e feita a reserva de 30% sobre os valores, que venham a ser depositados em juízo, relativos à comissão do leiloeiro, Alexandre Pereira da Costa, até o limite de R\$716.022,31, caso efetivada a hasta pública naqueles juízos".

Cumpra-se ressaltar que o Agravo de Instrumento foi parcialmente provido, por unanimidade, pelo Colegiado, encontrando-se o acórdão, assim ementado: "Agravo de Instrumento.

Ação de Restituição de Valores em fase de cumprimento de sentença. Decisão que deferiu pedido de penhora no rosto dos autos em processos em que o executado funciona como leiloeiro. Comissão de profissional liberal (leiloeiro público) que tem natureza alimentar. Garantia conferida pelo art. 833, IV do novo CPC, tendo como objetivo, atender ao princípio da dignidade da pessoa humana e à subsistência mínima.

Alegação de preclusão pro judicato que se afasta, em se tratando de novo pedido de penhora de verba diversa referente a processo diferente do tratado em recurso anterior. Impenhorabilidade prevista no art. 833, IV do CPC que vem sendo mitigada, para que não funcione como meio esquivo par o devedor se eximir de suas obrigações. Decisão que merece apenas pequereparo. Percentual que deve ser adequado para atender aos princípios razoabilidade, proporcionalidade e do mínimo existencial. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO, para reduzir o percentual da constrição para 15% (quinze por cento) dos valores a serem percebidos pelo agravante".

Da simples leitura do acórdão, vê-se que nenhum reparo deve ser feito, como pretendido pelo embargante, à medida que inexistentes os vícios autorizadores para que haja qualquer modificação no julgado, reiterando a parte, os argumentos do recurso principal, visando tão somente, à obtenção do efeito infringente ao julgado. Revela-se, dessa forma, que o recorrente pretende a rigor, a reforma do acórdão por via transversa, o que lhe é vedado pelo ordenamento processual, pois, como se sabe, o presente recurso não se presta para veicular o mero inconformismo. (fls. 65/67).

Assim, a alegada afronta ao artigo 1.022 do CPC não merece prosperar, porque o acórdão recorrido examinou devidamente a controvérsia dos autos, fundamentando suficientemente sua convicção, não havendo se falar em negativa de prestação jurisdicional porque inócurrentes quaisquer dos vícios previstos no referido dispositivo legal, não se prestando os declaratórios para o reexame da prestação jurisdicional ofertada satisfatoriamente pelo Tribunal *a quo*.

Confira-se, nesse sentido: REsp 1808357/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/09/2019, DJe 20/09/2019 e EDcl no AgInt no AREsp 1422337/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/09/2019, DJe 12/09/2019 e AgInt no REsp 1780519/RO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 28/06/2019.

Quanto à segunda e à terceira controvérsia, incide o óbice da Súmula n. 283/STF, uma vez que a parte deixou de atacar fundamento autônomo e suficiente para manter o julgado, qual seja:

Pela análise dos documentos que instruem o recurso vê-se que não assiste razão ao agravante.

Vale pontuar que o ora agravante funcionou como leiloeiro em processo onde o condomínio agravado era credor, mas, apesar de ter recebido valores decorrentes da alienação do imóvel colocado em hasta pública, deixou de depositá-los em favor do credor, dando ensejo à demanda principal, que se arrasta há mais de 10 (dez) anos.

Sustenta o recorrente que a questão da possibilidade de penhora sobre suas comissões resta preclusa, vez que já foi objeto de decisão anterior e que tal verba é impenhorável, na forma do art. 833, IV do novo CPC.

Não se vislumbra a ocorrência do fenômeno da preclusão como alegado, uma vez que **estamos diante de novo pedido de penhora, de verba diversa da anteriormente analisada.**

De fato, em recurso anterior, foi desconstituída penhora no rosto dos autos de processo no qual o ora agravante funcionava como leiloeiro, tendo sido reconhecida a impenhorabilidade daquela verba. No entanto, isto não significa em absoluto que o Juízo esteja impedido de deferir novo pedido de penhora, de verba diversa, em outro processo no qual o recorrente funcione.

Inexiste preclusão pro judicato no caso, já que se trata de novo pedido de penhora sobre nova verba e entender de forma diversa importaria em inviabilizar a execução. (Grifamos) (fls. 29/38).

Nesse sentido: “A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula n. 283/STF: ‘É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles’” (AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.317.285/MG, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 19/12/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt nos EREsp n. 1.698.730/SP, relator Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, DJe de 18/12/2018; e AgRg nos EAREsp n. 447.251/SP, relator Ministro João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe de 20/5/2016.

Ademais, ainda que ultrapassado o mencionado óbice, quanto à segunda controvérsia, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Cumpra ser observado desde já que a impenhorabilidade de salários e remunerações prevista no art. 833, IV do novo CPC, é uma garantia conferida pela lei aos devedores, com fulcro nos Princípios da Dignidade da Pessoa Humana e na Proteção ao Patrimônio Mínimo, buscando proteger o indivíduo e sua família, garantindo-lhes um mínimo de subsistência digna.

No entanto, não podemos nos esquecer de que o credor também tem suas necessidades de subsistência, e direitos que devem ser respeitados, garantidos e protegidos. Não há pior injustiça do que ver seu direito garantido por decisão judicial, mas não conseguir realizá-lo. A prestação jurisdicional é entregue (sentença de mérito), mas o bem da vida não chega nunca (satisfação do crédito).

Assim é que, devemos reconhecer que a garantia do art. 833, IV do novo CPC não é absoluta, sendo excepcionada pelos parágrafos do mesmo

dispositivo, e deve ser mitigada. Isto porque não seria lógico blindar a integralidade do salário ou provento contra cobranças de dívidas contraídas pelo seu titular sob o argumento de que a verba tem caráter alimentar, e deixar os credores à mercê da boa vontade do devedor em pagar o que é devido. É com o resultado do seu trabalho, seu salário, que o indivíduo paga as suas contas, adquire bens e serviços, é base de cálculo para aquisição de empréstimos bancários, enfim, é o salário que provê o consumo dos bens necessários e supérfluos. Se não é com o salário que o indivíduo vai arcar com as suas responsabilidades, com o que será?

Logo, deve ser mitigada tal disposição, admitindo-se a penhora de parcela do salário ou provento, de modo que não se fomenta a inadimplência generalizada, mas ainda assim, protegendo os credores de eventuais abusos de direito e garantindo a efetividade do Processo Executivo, tudo isso sem ferir os Princípios da Dignidade da Pessoa Humana e da Proteção ao Patrimônio Mínimo.

[...]

Desta forma, correta a decisão vergastada que deferiu a penhora no rosto dos autos de processos em que o agravante funciona como leiloeiro para reservar parcela das comissões a serem percebidos para a satisfação do crédito do agravado.

No entanto, a parcela fixada em 30% (trinta por cento) das comissões, se mostra excessiva, ferindo os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e do mínimo existencial, devendo ser minorada. Isto porque com a sua comissão o leiloeiro também cobre os custos de sua atividade, sendo certo que seu lucro líquido não é o total da comissão percebida.

Desta forma, ressaí claro que a decisão hostilizada deve ser reformada, apenas para reduzir o percentual da constrição para 15% (quinze por cento) dos valores a serem percebidos pelo agravante. (Grifamos) (fls. 36/38).

Assim, quanto à segunda controvérsia, incide também o disposto na Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), haja vista que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma,

Superior Tribunal de Justiça

DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Por fim, quanto à quarta controvérsia, na espécie, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que inexistente a necessária **identidade jurídica e/ou similitude fática** entre o acórdão recorrido e os paradigmas indicados.

Nesse sentido, o STJ fixou que “o conhecimento da divergência jurisprudencial reclama a existência de similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas submetidos a confronto” (EDcl no Resp n. 1.254.636/ES, relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe de 23/4/2015).

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AREsp n. 1.241.527/RS, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 26/3/2019; AgInt no AREsp n. 1.385.820/RS, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 2/4/2019; e AgRg no REsp n. 1.500.980/RS, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 24/3/2015).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente